

SISTEMAS RECEITA FEDERAL DO BRASIL INICIA PROJETO PILOTO DOS SISTEMAS DE APURAÇÃO DA CBS



O PROJETO

Contextualização

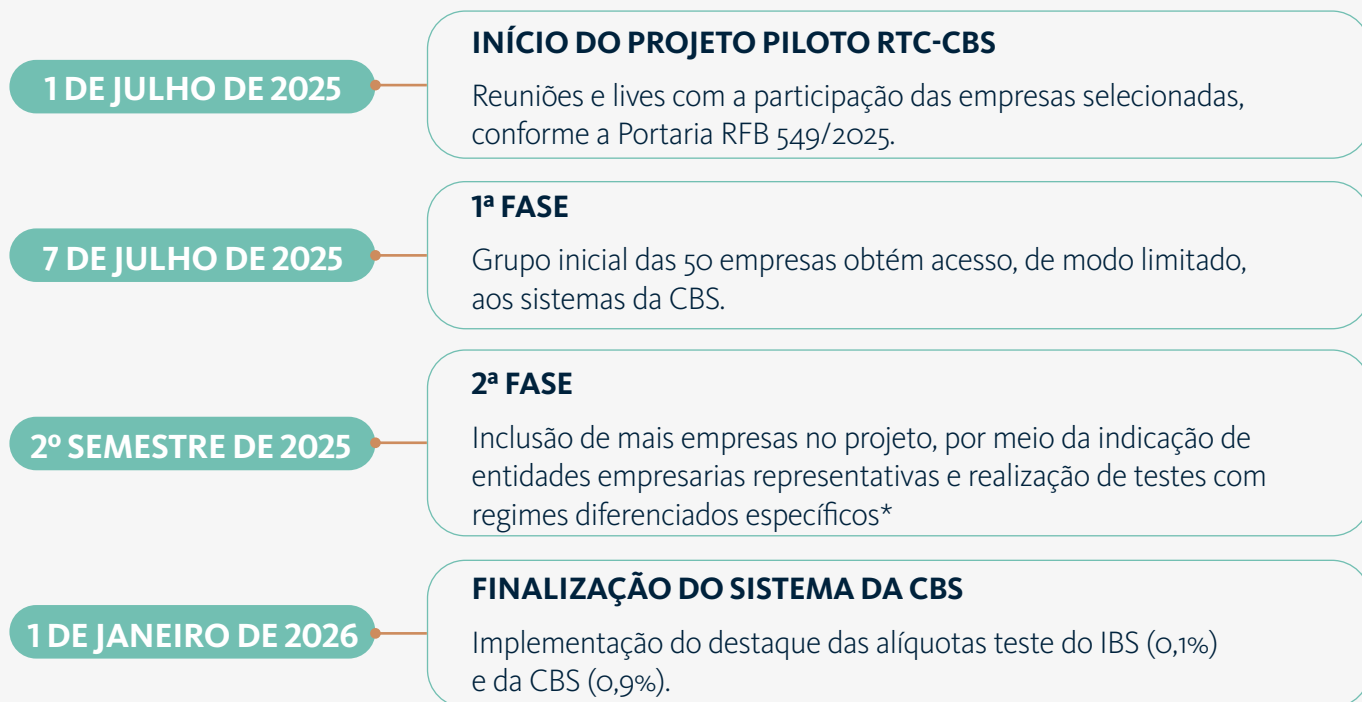
A Receita Federal do Brasil (RFB) começou o Piloto da Reforma Tributária do Consumo (RTC) no que diz respeito à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

Reuniões foram feitas entre a RFB, Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e o grupo de 50 empresas entre os dias 01 a 04 de julho de 2025, com o intuito de apresentar os novos sistemas de apuração da CBS. Esses encontros foram realizados através de *lives* e disponibilizados integralmente no canal da RFB no *Youtube*.

Essas 50 empresas foram selecionadas por já terem firmado o termo de cooperação em conjunto com a RFB, por conta da participação no programa Confia ou nas homologações do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e, desde o dia 7 de julho de 2025, elas obtiveram acesso limitado aos sistemas da CBS, como uma série de funcionalidades já disponíveis.




CRONOGRAMA

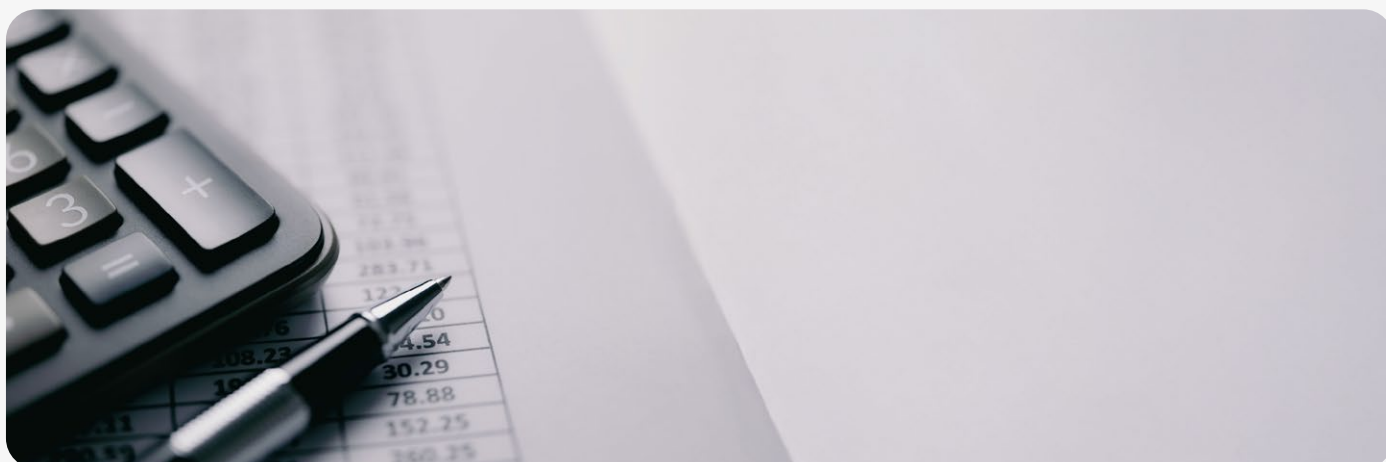
Piloto RTC - CBS



*A estimativa é que alcance o número de 500 empresas participantes.

FUNCIONALIDADES NO ESCOPO DO PROJETO

 DISPONÍVEIS	<ul style="list-style-type: none">- Apuração Assistida- Calculadora- Recepção de Documentos Fiscais Eletrônicos- Arrecadação- Atendimento- Devoluções – transferências e ressarcimentos- <i>Split Payment</i> Simplificado – pagamento pelo adquirente
 EM PROGRESSO	<ul style="list-style-type: none">- Cálculo de Crédito Presumido- Simples Nacional- Integração dos Sistemas da RFB e das Empresas por Aplicativos de Interface (API)- <i>Cashback</i>- Testes com Regimes Diferenciados e Específicos
 FORA DO ESCOPO	<ul style="list-style-type: none">- <i>Split Payment</i> Inteligente- Cancelamento de Documentos – fiscais ou no simulador



FUNCIONALIDADES

PORTAL DA REFORMA

Espaço digital para acesso ao sistema da CBS por contribuintes, consumidores e a RFB.

APURAÇÃO ASSISTIDA

Possibilita a visibilidade em tempo real da “conta corrente fiscal” do contribuinte dentro desse sistema

SPLIT PAYMENT SIMPLIFICADO

Modo de pagamento pelo adquirente, por meio de transferência ao adquirente do eventual valor excedente por ele recolhido

RECEPÇÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS

Funcionalidade de conversão de documentos fiscais eletrônicos por registros em operações de consumo (ROCs). Assim, as informações contidas em outros sistemas são integradas à apuração assistida.

ATENDIMENTO

Ferramenta da parte “contribuinte” dentro do sistema “Receita Atende”.

DEVOLUÇÕES

Controle dos mecanismos de transferência e ressarcimento da CBS a partir da apuração assistida

CALCULADORA

Instrumento de cálculo da CBS. É parametrizável ao contribuinte e *open source*, o que torna possível que haja modificações nos sistemas ERP (*Enterprise Resource Planning*) das empresas. A calculadora faz uma simulação da quantia de tributo a ser paga, o *split payment* simplificado e o Imposto Seletivo, se houver.

ARRECADAÇÃO

Geração de DARFs em sistema integrado com a apuração assistida e pagamento da CBS (simulado). Esse sistema de arrecadação informa o recolhimento do tributo para a apuração assistida, o que possibilita ao contribuinte o uso e controle de créditos da CBS na “conta corrente fiscal”.

CALCULADORA

Receita Federal libera ferramenta oficial de cálculo da Reforma Tributária sobre o consumo

Especialmente quanto à calculadora, **em 18 de julho de 2025**, a Receita Federal disponibilizou a versão Beta da **Calculadora de Tributos**, uma ferramenta desenvolvida para apoiar a implantação da Reforma Tributária sobre o Consumo. A solução permite o cálculo padronizado da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e do Imposto Seletivo, oferecendo maior previsibilidade e transparência aos contribuintes.

Inicialmente, restrita aos participantes do projeto-piloto da CBS, a calculadora passa a ser gratuita, de acesso aberto e com código aberto, podendo ser utilizada por contribuintes, contadores, consultores, desenvolvedores de software e entes federativos. **Disponível em formato web e via API** para integração com sistemas, a ferramenta busca uniformizar o cálculo tributário, **simplificar processos e reduzir a complexidade do cumprimento das obrigações fiscais**.

A iniciativa fortalece a relação entre fisco e contribuinte ao fornecer informações claras e padronizadas, aproximando o Brasil de melhores práticas internacionais em transparência tributária. Com isso, empresas e profissionais da área fiscal podem se preparar com maior segurança para a transição ao novo modelo de tributação do consumo.

A Calculadora de Tributos é um **motor de cálculo com múltiplas funcionalidades integradas**.

Todas as suas capacidades - como a simulação online, a execução local e o Assistente de Emissão - partem da mesma base normativa e tecnológica, **garantindo consistência, segurança e padronização nos resultados**.



Conteúdo normativo embarcado

- Toda a lógica legal da CBS, IBS e IS está incorporada diretamente na Calculadora.
- As regras são aplicadas de forma uniforme e auditável, minimizando a necessidade de parametrizações manuais.
- A Receita Federal é responsável por manter o conteúdo normativo sempre atualizado, assegurando aderência às alterações legislativas e normativas, sem intervenção externa dos contribuintes ou desenvolvedores.
- Simulação de operações (Simulador de Cálculo Online)
- Interface web que permite simular operações reais de consumo, sem necessidade de instalação.
- Acessível por computadores, tablets ou celulares, com resultados claros, base legal e memória de cálculo.
- Ideal para testes, capacitação e validação por contribuintes, contadores e consultores.



Assistente de Emissão

- A Calculadora também oferece suporte técnico à emissão dos documentos fiscais por meio do Assistente de Emissão, que inclui:
 - Geração automática dos grupos de tributação da CBS, IBS e IS com base na saída da Calculadora, prontos para inserção no documento fiscal. Inicialmente disponível para NF-e.
 - Validação da estrutura do documento fiscal antes do envio para autorização, verificando se o layout está em conformidade com os padrões técnicos exigidos. Inicialmente, disponível para NF-e, CT-e e CT-e Simplificado.
 - Essas capacidades tornam o processo de emissão mais seguro, padronizado e menos sujeito a erros.



ACESSE O SISTEMA

PORTAL DO PILOTO DA CBS | Acesse: [Tributação sobre Consumo](#)



Tributação sobre Consumo
Ambiente de Produção Restrita

Entrar com gov.br

O que você procura?

Acesse gov.br

Faça o login na conta gov.br para aproveitar todos os serviços que o Portal Nacional de Tributação sobre Bens e Serviços tem a oferecer!

Entrar com gov.br



Contribuinte

Consumidor

Gestor Tributário



Simular Operações
de Consumo



Calcular Tributos
sobre o Consumo



Minhas Apurações
Assistidas de CBS



Consultar
Ressarcimentos de
CBS



Consultar
Transferências de
CBS

APURAÇÃO ASSISTIDA

Apuração Assistida

Ajud



Em andamento



Período de ajuste



Concluída

Período da apuração

MAI/2025



Concluída pelo contribuinte

Resultado da apuração

R\$ 1.000,00 C

Destinação do saldo credor

Enviado para apuração seguinte R\$ 400,00 C

Enviado para ressarcimento R\$ 600,00 C

Acompanhar

CALCULADORA

Tributação sobre Consumo

Ambiente de Produção Restrita

O que você procura?

Calculadora

Regime Geral

Regime Geral

Calcule os tributos devidos nas operações de consumo de bens e serviços. obtenha e valide o XML correspondente.

Operação de Consumo

Informações sobre a operação de consumo

Ocorrência

01/01/2026

Opções

Mercadoria

Serviço

UF

Município

NCM

Descrição

Tributação

Informações sobre a tributação

Grupo Principal

Situação Tributária (CST)

Classificação Tributária (cClassTrib)

Valor

R\$ 200,00

Quantidade

1,00

Unidade de Medida

Unidade

RECEPÇÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS

Tributação sobre Consumo

Nome

008 176 624 90

Documentos Fiscais

Processar Upload

Upload de Documentos Fiscais

Upload

Envie um arquivo ZIP com os documentos fiscais em arquivos XML.

Gerar IDs aleatórios?

Sim

Arquivo

Selecione um arquivo

Arquivo ZIP contendo documentos fiscais (Máx. 5 MB)

Voltar

Limpar

Enviar

ARRECAÇÃO

Tributação sobre Consumo

PE

Pvoerm
037326.549-85

DARFs

Simular Pagamento de DARF

Pagar

Insira o número do DARF no campo abaixo e clique em 'pagar' para simular o pagamento.

Número do DARF (Obrigatório)

07212518200026050

Voltar

Limpar

Pagar

ATENDIMENTO

TRIBUTOS SOBRE
BENS E SERVIÇOS

Tributação sobre Consumo

Ambiente de Produção Restrita

GV

Gsz7hv
038.425.703-04

O que você procura?

Histórico de Atendimentos

Número do Atendimento	Data/Hora	Serviço	Situação	Ações
202500000606	04/07/2025 10:51:46	Apuração assistida, confissão de dívida e compensações	Aguardando atendimento	
202500000605	04/07/2025 10:25:43	Calculadora	Aguardando atendimento	
202500000600	04/07/2025 08:50:33	Portal RTC	Aguardando atendimento	
202500000598	04/07/2025 08:35:25	Apuração assistida, confissão de dívida e compensações	Aguardando atendimento	
202500000589	03/07/2025 23:17:08	Simulador	Aguardando atendimento	

Exibir: 5

1-5 de 10 itens

Página: 1

Estadísticas Filtros: Inicial: 10

Consulta Ressarcimentos CBS

Pedidos de Ressarcimento CBS

Data Saldo Crédito (Início) ⓘ

Data Saldo Crédito (Fim) ⓘ

PER/DCOMP ⓘ

Salvo neste PC

Filtros Avançados ▾

Limpar

Filtrar

<input type="checkbox"/> Transmissão ⌵	N° Solicitação ⌵	Data Saldo Crédito ⌵	Detentor Crédito ⌵	Descrição Crédito ⌵	Valor Pedido ⌵	N° PERDCOMP ⌵	Ação
<input type="checkbox"/>	27/06/2025	00.00.00.00.34	31/05/2025	00███51	Créditos básicos sobre aquisição de bens e serviços no mercado interno	R\$ 600,00	Aguardando geração

Exibir: 🔍 10 ▾

1-1 de 1 itens

< 1 >

Pagamento pelo adquirente

>

Calculadora

>

Simplificado

Pagamento Simplificado

Calcule os tributos devidos nas operações de consumo de bens e serviços

Ocorrência

01/01/2026

CPF / CNPJ

5F5CNBW/Q402521

Valor da Operação

200.00

<

 Voltar

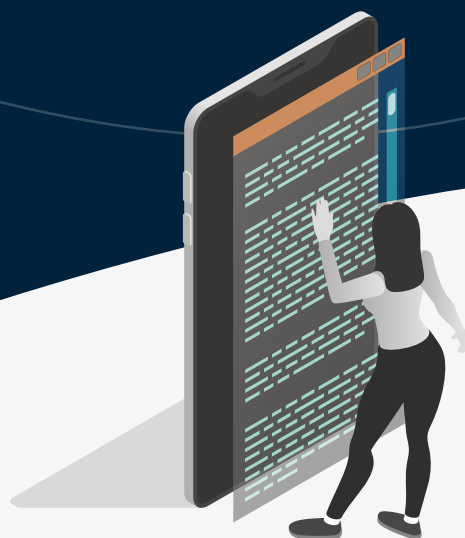
Limpar

Calcular

Resultado

Valor da CBS	Valor do IBS	Valor do Fornecedor
R\$ 1.80	R\$ 0.10	R\$ 198.10

NOVAS REGRAS DE EMISSÃO DOCUMENTOS FISCAIS ELETRONICOS



OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Como ficam?

As obrigações acessórias tributárias são os deveres formais que os contribuintes devem cumprir para permitir a fiscalização e arrecadação dos tributos. Elas não envolvem diretamente o pagamento do tributo, mas garantem que a administração tributária tenha controle sobre as operações econômicas. Veja ao lado alguns exemplos:

Emissão de notas fiscais

Escrituração fiscal e contábil

Entrega de declarações e demonstrativos
(ex.: SPED Fiscal, EFD-Contribuições)

Fornecimento de informações para a Receita Federal e Secretarias de Fazenda estaduais e municipais

OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS x REFORMA TRIBUTÁRIA

A Reforma Tributária busca simplificar o sistema e reduzir a complexidade no cumprimento das obrigações tributárias. Nesse contexto, notas técnicas (“NTs”) foram publicadas para auxiliar os contribuintes na padronização, digitalização e automação das obrigações acessórias em seus sistemas.

Para cumprir o disposto no art. 62 da LC 214/25, os entes deverão promover a adaptação de seus sistemas de emissão de documentos fiscais, de modo a contemplar, obrigatoriamente, as informações referentes ao IBS e à CBS. Ademais, será imprescindível viabilizar o compartilhamento desses dados com o ambiente nacional de uso comum, assegurando integração e transparência no processo.

DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS

Como ficam?

A documentação técnica apresenta diversos grupos de campos e informações específicas que devem ser implementados pelos sistemas emissores de documentos fiscais eletrônicos, visando garantir que todas as operações sejam devidamente registradas e identificadas.

A inclusão desses campos é acompanhada de critérios de validação, que estabelecem as condições sob as quais o sistema identificará eventuais inconsistências. Caso uma divergência seja detectada, o próprio emissor do documento será notificado, permitindo a correção antecipada do registro.

Entre os principais grupos e campos da nova sistemática tributária, destacam-se:



Campos de controle: foram adicionados campos específicos para alíquotas, ampliando a precisão na apuração dos tributos IBS, CBS e IS, incluindo informações de redução de alíquota em grupos próprios.



Novos eventos: o novo modelo prevê eventos adicionais vinculados à apuração de IBS, CBS e IS, passíveis de registro pelo emitente ou pelo destinatário. Exemplos incluem: confirmação do pagamento integral para liberação de crédito presumido, registro da não ocorrência de fornecimento com pagamento antecipado, solicitação de apropriação de crédito de combustível, e comunicação de perecimento, extravio, roubo ou furto durante transporte contratado pelo fornecedor ou adquirente.



Códigos: a estrutura do leiaute contempla campos específicos para inserção do Código de Situação Tributária (CST), do Código de Classificação Tributária (cClassTrib) e do Código de Crédito Presumido (cCredPres), pertinentes ao IBS e à CBS.



Regras de validação: foram definidas novas diretrizes para validação eletrônica, assegurando a integridade, rastreabilidade e conformidade das informações prestadas nos documentos fiscais digitais.



Destacamos as duas Notas Técnicas recém publicadas relacionadas à Reforma Tributária:

NOTA TÉCNICA 2025.002

A Nota Técnica 2025.002, referente à NF-e e à NFC-e, tanto em sua versão inicial quanto nas atualizações subsequentes, introduziu a conceituação formal das notas de débito e crédito, que são instrumentos voltados ao ajuste dos tributos IBS e CBS.

Nota de Débito: documento fiscal utilizado para registrar o reconhecimento, por parte do emitente, de um acréscimo nos valores de IBS e CBS devidos. Esse recolhimento adicional, por consequência, gera um crédito maior ao adquirente, o que implica redução do montante de IBS e CBS a ser recolhido nas operações subsequentes.

Nota de Crédito: instrumento pelo qual o emitente formaliza uma diminuição dos valores de IBS e CBS devidos. A redução registrada impacta diretamente o valor do tributo na respectiva operação, acarretando diminuição proporcional do crédito do adquirente. Em decorrência, o adquirente terá um aumento nos valores de IBS e CBS a serem recolhidos em operações futuras.

Ela também instituiu um grupo específico para identificação de notas fiscais referentes a pagamentos antecipados. O recolhimento do IBS e da CBS deve ocorrer quando houver pagamento, total ou parcial, anterior ao fato gerador (fornecimento), conforme art. 10, § 4º, da LC 214/25.

Na data do fornecimento, será realizado o cálculo definitivo dos valores de IBS e CBS, considerando as notas previamente emitidas relativas aos pagamentos antecipados. Essa alteração na sistemática de tributação pode impactar o fluxo de caixa dos contribuintes, principalmente dos fornecedores envolvidos nas operações.

NOTA TÉCNICA Nº 003/2025

A Nota Técnica 003/25 foi publicada em duas edições distintas: a Versão 1.1, lançada em 4 de julho, e a Versão 1.2, publicada em 9 de julho.

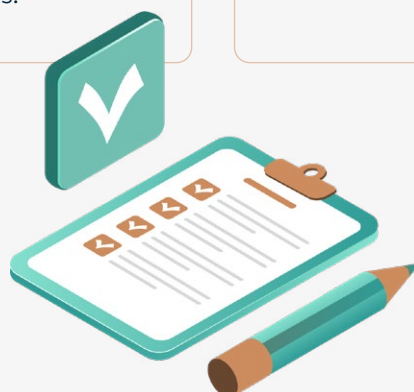
Ela apresenta novas versões dos agrupamentos e campos do leiaute da Nota Fiscal de Serviço eletrônica (NFS-e) padrão nacional, visa alinhar a NFS-e às novas determinações da Emenda Constitucional nº 132/2023, responsável pela criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

A publicação reforça a transparência técnica e viabiliza o planejamento antecipado por parte de estados, municípios, empresas prestadoras de serviços e desenvolvedores de software, considerando a implementação prevista para janeiro de 2026.

Destaca-se a introdução da Declaração de Prestação de Serviço (DPS): a emissão da NFS-e passa a ser iniciada pela DPS, preenchida pelo prestador e transmitida à Sefin Nacional, que executa a validação, o cálculo dos tributos incidentes e a autorização da nota fiscal.

A DPS é assinada digitalmente e integra a NFS-e gerada, assegurando a rastreabilidade e a conformidade com os novos parâmetros normativos.

A Nota Técnica 003/25 trouxe ainda a criação de um grupo específico para operações relativas a bens imóveis, exceto no caso de obras - para essas situações, o grupo “obra” dentro de “NFS-e/infNFS-e/DPS/infDPS/serv” deve ser utilizado quando o serviço estiver relacionado a uma obra.



QUAL O PRAZO PARA A APLICAÇÃO DAS NTS?



Teste

a partir de 1º de julho de 2025



Produção*

a partir de 1º de outubro de 2025



Efetiva operacionalização

A partir de 1º de janeiro de 2026

*É importante destacar que “a produção” significa que **os contribuintes precisam ter seus sistemas ajustados até outubro**, mesmo que a aplicação prática ocorra apenas em 2026.

É importante destacar que essas Notas Técnicas estão sendo revisadas durante todo o seu processo de implementação.

Apesar de o governo federal, através da Secretaria Executiva do Comitê Gestor da NFS-e, já ter divulgado uma nota técnica que descreve as mudanças a serem feitas no leiaute dos documentos fiscais para incluir informações sobre os novos tributos sobre consumo, é fundamental que o tema seja abordado por meio da publicação de novas diretrizes e notas técnicas que ofereçam um detalhamento maior das obrigações a serem atendidas.



TRATAMENTO DAS OPERAÇÕES ATUALMENTE SEM DOCUMENTAÇÃO FISCAL

Apesar das alterações relevantes introduzidas pelas recentes notas técnicas, persiste uma questão central: como serão tratadas as operações que, atualmente, não geram documentos fiscais específicos? Até o momento, não há divulgação oficial sobre o tratamento dessas operações — como locações ou cessões de direitos — nem sobre a eventual criação de um novo tipo de documento fiscal.

Permanece igualmente indefinida a forma de emissão desse possível documento e sua aceitação pelos demais entes federativos, em especial estados e municípios. Caso a opção seja aproveitar os documentos fiscais já existentes, surgirá o desafio adicional de enquadrar corretamente essas operações como relativas a bens ou a serviços, determinando, assim, se deverão ser formalizadas por nota fiscal de mercadoria ou de serviço.

Essa incerteza tende a gerar impactos significativos em setores com operações complexas, como turismo, transporte e imobiliário. A ausência de informações concretas sobre a criação e o funcionamento de novos documentos fiscais amplia a complexidade para os contribuintes, que precisarão se antecipar e estruturar estratégias de conformidade para lidar com um cenário em constante evolução.

Nesse contexto, recomenda-se que as empresas iniciem desde já seu planejamento, com investimentos em tecnologia e em sistemas de gestão fiscal que facilitem a emissão e o controle dos novos documentos.

Emissão do documento fiscal e dispensa de pagamento para 2026

A emissão do documento fiscal e a dispensa de pagamento para 2026 seguem o que determina o art. 348 da LC 214/25: em 2026, a isenção do recolhimento do IBS e da CBS estará vinculada ao correto destaque desses tributos nas obrigações acessórias. Portanto, é essencial que os contribuintes revisem e atualizem seus sistemas, bem como os modelos dos documentos fiscais, para garantir o atendimento a essa exigência.



PRINCIPAIS CONTATOS

Nossa equipe de tributação sobre o consumo está à disposição para orientá-los nesse período.



DOUGLAS MOTA

Sócio
+55 11 3356 1888
dmota@demarest.com.br



FABIO FLORENTINO

Sócio
+55 11 3356 1848
fflorentino@demarest.com.br



THIAGO AMARAL

Sócio
+55 11 3356 1571
tamaral@demarest.com.br



JERRY LEVERS DE ABREU

Sócio
+55 11 3356 2037
jabreu@demarest.com.br